

LEI MUNICIPAL Nº 548/2015

Cria o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIC e dá outras providências.

JULIO CESAR DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANHOS- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Prefeito Municipal de Paranhos estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Paranhos-MS, o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais – REFIC, destinado a promover a regularização de créditos do Município decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive decorrente de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º A adesão ao REFIC implica a inclusão da totalidade dos débitos do contribuinte para com a Fazenda Municipal e se dará mediante termo de declaração espontânea.

§ 2º Não haverá aplicação de multa por infração sobre os débitos não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião de adesão.

Art. 2º Os débitos apurados serão atualizados monetariamente e incorporados os acréscimos previstos na legislação vigente, até a data de opção, podendo os mesmos serem liquidados em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais) para pessoa física e R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa jurídica, atualizada pela UF (unidade fiscal).

§ 2º O pagamento da 1ª parcela será exigido na data da efetivação do parcelamento.

Art. 3º A apuração e consolidação dos débitos, cujos fatos geradores ocorreram até 31 de dezembro de 2014, obedecerão aos seguintes critérios:

I – para pagamento em parcela única serão excluídos os acréscimos legais de correção, multas e juros de mora, incidentes até a data de opção;

II – para pagamento em até 03 (três) parcelas, mensais e sucessivas, os acréscimos legais de correção, multas e juros de mora incidentes até a data de opção serão reduzidos em 70% (Setenta por cento);

III – para pagamento em até 06 (seis) parcelas, mensais e sucessivas, os acréscimos legais de correção, multas e juros de mora incidentes até a data de opção serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento);

IV – para pagamento em até 08 (oito) parcelas, mensais e sucessivas, os acréscimos legais de correção, multas e juros de mora incidentes até a data de opção serão reduzidos em 40% (quarenta por cento);

V – para pagamento em até 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas, os acréscimos legais de correção, multas e juros de mora incidentes até a data de opção serão reduzidos em 20% (vinte por cento);

Art. 4º Na apuração e consolidação dos débitos, cujos fatos geradores ocorreram após 31 de dezembro de 2014, não serão permitidas exclusões ou reduções de nenhum acréscimo previsto na legislação vigente, independentemente da forma recolhida para liquidação.

§ 1º A partir da data da consolidação da adesão, o saldo devedor do contribuinte optante será atualizado nos termos do Código Tributário Municipal.

§ 2º Sobre a parcela paga em atraso incidirá correção monetária IPCA/IBGE e juros de mora 1% (um por cento ao mês) ou fração;

Art. 5º A adesão ao REFIC sujeita o contribuinte a aceitação plena e irrevogável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar, e constitui confissão irrevogável e irrevogável da dívida aos débitos tributários nele incluídos.

§ 1º A adesão ao REFIC sujeita, ainda, o contribuinte:

I – ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II – ao pagamento regular dos tributos municipais com vencimento posterior à data da opção.

§ 2º A inclusão do REFIC, fica condicionada, ainda, ao encerramento comprovado dos feitos por desistência expressa e irrevogável das respectivas ações judiciais e das defesas e recursos administrativos a ser formulado pelo contribuinte, bem como da renúncia do direito sobre os mesmos débitos em que se funda a ação judicial ou pleito administrativo.



§ 3º O contribuinte será excluído pelo REFIC diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar;

II – a constituição de crédito tributário lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido pelo REFIC e não incluído na confissão a que se refere o § 1º, do artigo 5º, desta Lei Complementar, salvo se integralmente pago 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva ou, quando impugnado o lançamento, da intimação da decisão administrativa ou judicial que o tornou definitivo;

III – prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou subtrair receita do contribuinte optante;


IV – inadimplência por 03 (três) meses consecutivos, relativamente a qualquer tributo abrangido pelo REFIC, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à data de opção.

§ 4º A exclusão do contribuinte do REFIC acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 6º O pedido de adesão ao REFIC, referente a débitos inscritos em dívida ativa, poderá ser feito até o dia 20 de Dezembro de 2015.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de Abril de 2015.



JULIO CÉSAR DE SOUZA
Prefeito Municipal



LEI MUNICIPAL Nº 48/2015

Lei o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro e de outros procedimentos.

DAJUI GERAR DE RENDA, PRETERITO MUNICIPAL DE PARANHOS, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, far saber que a Câmara Municipal aprovou e em sessão ordinária de 12 de maio de 2015, deliberou sobre o seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no Município de Paranhos-MG, o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro - PDEFIC, destinado a promover a regularização de débitos do Município decorrentes de adições de contribuições, passagens fluviais e jurídicas, multas e tributos municipais, consolidados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, reflexões ou a quitar, com exceção das dívidas em relação às dívidas decorrentes de atos de recolhimento de valores fixados.

§ 1º A atuação do PDEFIC incluirá a inclusão da contabilidade dos débitos do contribuinte para com o Município e ser dada mediante termo de responsabilização específica.

§ 2º Não haverá exigência de multa por atrasado sobre os débitos não lançados, sendo a cobrança, no entanto, por cobrança de débitos.

§ 3º O PDEFIC, desde que observado o disposto no inciso II do artigo 1º, poderá ser instituído em qualquer município que não tenha sido instituído anteriormente.

§ 4º O PDEFIC terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Lei.

§ 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 6º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 7º O presente Lei é revogada em sua totalidade.



LEI MUNICIPAL Nº 49/2015

Lei o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro e de outros procedimentos.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Paranhos-MG, o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro - PDEFIC, destinado a promover a regularização de débitos do Município decorrentes de adições de contribuições, passagens fluviais e jurídicas, multas e tributos municipais, consolidados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, reflexões ou a quitar, com exceção das dívidas em relação às dívidas decorrentes de atos de recolhimento de valores fixados.

§ 1º A atuação do PDEFIC incluirá a inclusão da contabilidade dos débitos do contribuinte para com o Município e ser dada mediante termo de responsabilização específica.

§ 2º Não haverá exigência de multa por atrasado sobre os débitos não lançados, sendo a cobrança, no entanto, por cobrança de débitos.

§ 3º O PDEFIC, desde que observado o disposto no inciso II do artigo 1º, poderá ser instituído em qualquer município que não tenha sido instituído anteriormente.

§ 4º O PDEFIC terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Lei.

§ 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 6º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 7º O presente Lei é revogada em sua totalidade.



LEI MUNICIPAL Nº 50/2015

Lei o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro e de outros procedimentos.

Art. 1º Fica instituído, no Município de Paranhos-MG, o Programa de Desenvolvimento de Crédito Financeiro - PDEFIC, destinado a promover a regularização de débitos do Município decorrentes de adições de contribuições, passagens fluviais e jurídicas, multas e tributos municipais, consolidados ou não, inscritos ou não em dívida ativa, reflexões ou a quitar, com exceção das dívidas em relação às dívidas decorrentes de atos de recolhimento de valores fixados.

§ 1º A atuação do PDEFIC incluirá a inclusão da contabilidade dos débitos do contribuinte para com o Município e ser dada mediante termo de responsabilização específica.

§ 2º Não haverá exigência de multa por atrasado sobre os débitos não lançados, sendo a cobrança, no entanto, por cobrança de débitos.

§ 3º O PDEFIC, desde que observado o disposto no inciso II do artigo 1º, poderá ser instituído em qualquer município que não tenha sido instituído anteriormente.

§ 4º O PDEFIC terá prazo de validade de 12 (doze) meses, contado a partir da data de publicação desta Lei.

§ 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

§ 6º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 7º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 8º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 9º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 10º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 11º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 12º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 13º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 14º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

§ 15º O presente Lei é revogada em sua totalidade.

ALDO GONÇALVES DE SOUZA
Prefeito Municipal

Quilombo do Prefeito, 04 de Abril de 2015.